

Demolição dentro de 1 ano

FOTOS: CRISTIANO MARIZ

Mariana Branco

Cerca de 500 casas construídas em Áreas de Proteção Permanente (APPs) em Vicente Pires terão mesmo que ser derrubadas. As demolições estão previstas em um novo Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para a região, que foi assinado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Ministério Público do DF e GDF. A Secretaria de Obras já está preparando um cronograma de derrubadas que, de acordo com o titular da pasta, Márcio Machado, deve ser entregue ao Ibama e ao Ministério Público; no máximo, na semana que vem. O Ibama estima que o prazo para a retirada das casas será de um ano.

"A Secretaria de Obras tem 20 dias para nos entregar o cronograma. A partir do momento em que ele ficar pronto, começa a correr o prazo de um ano para as demolições, que foi o indicado pelo Ministério Público. A continuação das obras de construção da rede de água estará condicionada ao cumprimento das datas de derrubadas", explicou Francisco Palhares, superintendente regional do Ibama.

■ Primeiro TAC

Vale lembrar que as obras de implantação da rede de abastecimento de água em Vicente Pires, que estavam sendo realizadas pela Caesb, foram embargadas pelo Ibama em setembro do ano passado justamente porque o GDF descumpriu o primeiro TAC de Vicente Pires, assinado em 2005.

No Termo de Ajuste firmado no ano retrasado, estava previsto que o GDF desocupasse as APPs também dentro do prazo de um ano. A determinação, no entanto, não foi cumprida pelo governo, que alegou que vários

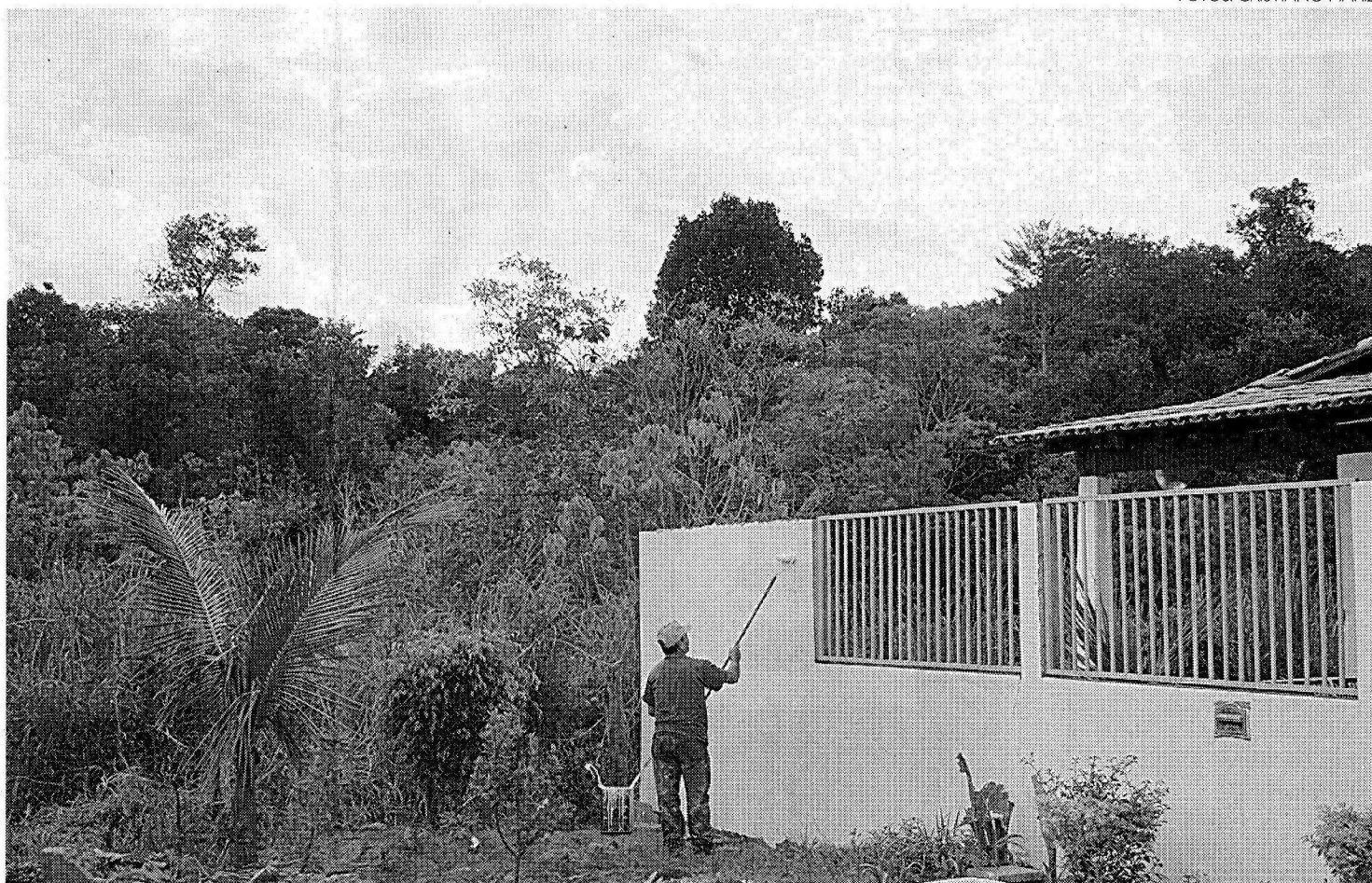
proprietários de casas em áreas de proteção conseguiram liminares para permanecer nos imóveis. As chuvas de outubro e as eleições também teriam atrasado a retirada das edificações. Agora, a Secretaria de Obras garante que a desocupação será feita. Mas o governo ainda não sabe para onde serão encaminhados esses moradores.

■ Esgoto

O novo TAC de Vicente Pires é bastante semelhante ao anterior. A principal diferença, segundo Francisco Palhares, é que, além de autorizar a continuação das obras da rede de abastecimento de água, a segunda versão do documento prevê também a realização de obras de construção da rede de esgoto.

O texto do Termo de Ajuste, que deve ser publicado hoje no *Diário Oficial do Distrito Federal* (DODF), determina ainda que o GDF realize um programa de educação ambiental em Vicente Pires, e que os moradores cumpram o plano de recuperação do meio ambiente previsto em Estudo de Impacto Ambiental da região encomendado no ano passado, e pago pelos próprios habitantes.

O presidente da Associação de Moradores de Vicente Pires (Arvips), Dirsomar Chaves, reclamou do fato de o novo Termo de Ajuste de Conduta ter sido redigido sem que houvesse discussões com a comunidade. "Vamos ter que cumprir uma série de procedimentos e não sabemos que procedimentos são esses. Nem tive acesso ao documento", queixou-se. Para Dirsomar, o novo TAC deveria ter sido feito nos parâmetros do Estudo de Impacto Ambiental encomendado pelos habitantes de Vicente Pires em 2006, que previa um prazo de três anos para a remoção das famílias ocupando APPs e para recuperação das áreas degradadas.



■ AS CASAS CONSTRUÍDAS EM ÁREA DE PROTEÇÃO PERMANENTE TERÃO DE SER DESOCUPADAS: DESTINO DOS MORADORES AINDA ESTÁ INDEFINIDO



■ FRANCISCO RECLAMA: "MINHA APOSENTADORIA ESTÁ INVESTIDA AQUI"